

**Título: Inovação Educacional: Aportes da Literatura Especializada - Periódicos Brasileiros 1**

**Aluna:** Narcisa de Souza

**Programa:** FEUSP (sem concessão de bolsa)

**Orientador:** Professor Dr. Elie Ghanem

**Resumo:**

Esta pesquisa pretende suprir o projeto principal "Inovação Educacional: Gênese de Iniciativas", com o qual está articulada, através das contribuições à abordagem da inovação educacional constantes dos artigos publicados em 3 periódicos brasileiros especializados em educação e ciências sociais, entre 2000 e 2009: *Avaliação* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas); *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp); *Dados - Revista de Ciências Sociais* (Iuperj-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes). O problema de pesquisa proposto pelo projeto principal é: que fatores se conjugam na geração de ações de inovação educacional? A hipótese submetida à verificação é a de que, entre tais fatores, são salientes os de experiência profissional de docentes, de estabilidade de corpos docentes, de atuação mobilizadora de diretoras e diretores de estabelecimentos e o grau de qualificação profissional de integrantes de organizações comunitárias. Pretende-se, portanto, com a pesquisa, evidenciar, nas contribuições dos artigos publicados nos periódicos selecionados, fatores que se conjugam na geração de ações de inovação educacional.

**Palavras chaves:** reforma educacional; mudança educacional; inovação educacional.

## 1. INTRODUÇÃO

Este projeto de iniciação científica está articulado ao projeto principal **Inovação Educacional: Gênese de Iniciativas**, coordenado pelo prof. Elie Ghanem, orientador. O problema de pesquisa proposto pelo projeto principal é: que fatores se conjugam na geração de ações de inovação educacional? A hipótese submetida à verificação é a de que, entre tais fatores, são salientes os de experiência profissional de docentes, de estabilidade de corpos docentes, de atuação mobilizadora de diretoras e diretores de estabelecimentos e o grau de qualificação profissional de integrantes de organizações comunitárias.

O projeto de iniciação científica suprirá o projeto principal com as contribuições à abordagem da inovação educacional constantes dos artigos publicados em três periódicos brasileiros especializados em educação e em ciências sociais, entre 2000 e 2009: *Avaliação* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas); *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp); *Dados - Revista de Ciências Sociais* (IUPERJ-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes)

## 2. OBJETIVOS

Balizado pelo intuito de se articular ao projeto principal, o projeto de iniciação científica pretende, como objetivo geral, evidenciar, nas contribuições dos artigos publicados nos periódicos selecionados, fatores que se conjugam na geração de ações de inovação educacional.

Espera-se atingir o objetivo geral, desenvolvendo o aprendizado do tratamento científico de fenômenos educacionais, realizando os seguintes objetivos específicos:

- i) organização de conhecimento produzido pela pesquisa científica sobre o tema;
- ii) identificação dos problemas propostos à investigação, das principais hipóteses levantadas e examinadas, bem como das conclusões das pesquisas divulgadas;
- iii) estudo de formulações teóricas sobre inovação educacional.

### 3. PROCEDIMENTOS

Durante o período de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011, foram compulsados os artigos publicados, entre 2000 e 2009, nos periódicos *Avaliação* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas); *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp); *Dados - Revista de Ciências Sociais* (Iuperj-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Univesidade Cândido Mendes). Após identificação dos artigos pertinentes por meio dos títulos e dos resumos que contivessem as palavras-chaves “inovação”, “mudança” e “reforma”, foram registradas as informações sobre problemas, hipóteses e conclusões. Com base nessas informações, foi feita uma priorização da leitura de textos completos para a obtenção de informação mais detalhada com a qual se compõe a análise. A leitura dos textos também foi necessária pelo fato de os resumos terem sido insuficientes para obtenção das informações sobre problemas, hipóteses e conclusões.

Foram feitas 6 reuniões presenciais entre a pesquisadora e o orientador, quando foram discutidos procedimentos metodológicos e perspectivas teóricas a respeito do tema geral.

### 4. RESULTADOS

A seleção de artigos nos periódicos *Avaliação* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas); *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp); *Dados* (Iuperj-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Univesidade Cândido Mendes), resultou em 5 artigos com a chave “mudança”, 7 com a chave “reforma” e 5 com a chave “inovação”.

Nas próximas seções, serão detalhados os resultados obtidos em cada um dos periódicos.

#### 4.1 AVALIAÇÃO (UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

A busca de artigos no periódico *Avaliação de Educação Superior* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas) resultou em 1 artigo com a chave “mudança”; 1

artigo com a chave “reforma”; e 2 artigos com a chave “inovação”, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Artigos localizados e selecionados por palavras chaves no periódico Avaliação de Educação Superior em 28/04/2010.

Palavra chave	Artigos	
	Localizados	Selecionados
<b>Mudança</b>	1	1
<b>Inovação</b>	2	2
<b>Reforma</b>	2	1
<b>Total</b>	5	4

Com relação à “mudança educacional”, o artigo selecionado foi Silva (2009) que explicita a formação de professores como pesquisadores sendo avaliados na instituição: “A avaliação tem sido apontada como uma das preocupações mais relevantes de professores e professoras, alunos e alunas e das instituições de ensino superior”. Segundo o artigo, as avaliações abrangem todas as áreas das instituições, a de ensino, a de pesquisa e a de extensão, ocupando tempo significativo nas discussões no meio universitário e nos órgãos públicos responsáveis pelos sistemas educativos.

O autor tem como pretensão deter-se na avaliação dos discentes através da pesquisa produzida nos anos iniciais do ensino de pedagogia.

Silva não tem uma hipótese clara, porém, aponta para a investigação sobre os alunos e alunas que produzem pesquisa científica de forma reflexiva, utilizada pela instituição como forma de avaliação. Também, assinala aspectos associados às defesas referentes à possível mudança educacional e faz uma descrição do que vem acontecendo, quanto à avaliação, na instituição pesquisada.

Silva conclui que a pesquisa científica reflexiva na formação do docente elucidada que a escola não tem a mera função de transmitir conhecimentos e sim produzi-los e pensar sobre os conhecimentos produzidos.

O conceito de mudança na educação se pauta na “[...] mudança na concepção de ensinar, aprender e avaliar” (SILVA, 2009), relacionando-se com as ações mobilizadoras dos docentes.

Com relação à “reforma educacional”, Barreyro e Rothen (2008) fazem uma análise de documentos oficiais que remetem-à avaliação do ensino superior, tendo como objeto de estudo o Provão e o SNAES (Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior). Consideram os documentos oficiais "Programa de Avaliação da Reforma Universitária" (1983); "Relatório da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior" "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira" (1985), "Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior" (1986) e "Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras" (1993).

Os autores mencionam que a institucionalização da avaliação no ensino superior aponta para um "quase mercado" (BARREYRO; ROTHEN, 2007) da educação.

[...] a concepção de educação superior e de avaliação presente nas políticas implantadas foi gestada por acadêmicos envolvidos com comissões governamentais inseridas no Ministério da Educação durante as décadas de 1980 e 1990. (BARREYRO; ROTHEN, 2007)

Os autores analisam o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), cujo objetivo é conhecer o sistema de educação superior brasileiro. Inicialmente, o programa optou por diagnosticar as instituições públicas e privadas através de avaliação, considerou a participação da comunidade acadêmica através da reflexão sobre sua própria prática e de setores externos à instituição. Foram determinadas duas áreas a serem estudadas: gestão das instituições de educação superior (IES) e processo de produção e disseminação do conhecimento.

A proposta do PARU destacava a diferença entre a norma ideal sancionada e a operacionalização desta na realidade. Propunha questionar o conhecimento produzido, levando em conta o contexto sócio-econômico no qual estava inserida a IES. (BARREYRO; ROTHEN, 2007).

O Programa indaga sobre outros assuntos: a qualidade do ensino, a relação da pesquisa com o ensino, a extensão, a prestação de serviços, a assistência comunitária e as atividades administrativas. A pesquisa teve duas fases: a primeira, coletar informações sobre as IES a outra estudos específicos e estudos de casos. O PARU considerou o papel da avaliação sendo entendida como forma de conhecimento da realidade, recorrendo à "avaliação institucional" bem como à "auto-avaliação" da comunidade interna. Para os autores, o Programa tinha como preocupação de formar através da reflexão da avaliação. "O PARU não chegou a apresentar seus resultados, pois foi desativado um ano depois de começado." (BARREYRO; ROTHEN, 2007).

A Comissão Nacional Para Reformulação da Educação Superior, instituída por Decreto (1985) teve como objetivo a reformulação da educação superior. Seu resultado foi o Relatório “Uma nova política para a educação superior”. O relator, Simon Schwartzman, aponta em sua introdução a “necessidade de uma nova política e não uma nova lei”. (BARREYRO; ROTHEN, 2007). Para os autores, “[...] defendeu-se, no documento, que, para a superação da crise da universidade brasileira, se deveria aumentar, significativamente, a autonomia universitária” (BARREYRO; ROTHEN, 2007), sendo a instituição avaliada por processo externo sobre méritos.

A comissão dividiu os princípios norteadores em sete: responsabilidade do poder público (quanto ao financiamento de pesquisa no setor público e privado), adequação à realidade do país, diversidade e pluralidade, autonomia e democracia interna, democratização do acesso, valorização do desempenho, eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais. O Conselho Federal de Educação (CFE) ficou com a função de avaliar a educação de ensino superior. A autonomia da instituição estaria associada à sua qualidade de ensino e pesquisa e ao julgamento do CFE.

A Comissão levantou vários agentes que pudessem avaliar além do CFE, como a auto-avaliação, agentes governamentais, avaliação pela comunidade profissional e avaliação por agências independentes.

Por sua vez, o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), foi criado como grupo interno do MEC, tinha a função de elaborar uma proposta de reforma universitária resultando em um relatório que sugeria um “maior controle da educação superior” (BARREYRO; ROTHEN, 2007).

O GERES teve como princípios norteadores aumentar a eficiência das Instituições Federais, autonomia, avaliação, a concepção de que existiria mais de um tipo de instituição de educação superior (a formação profissional ou a realização de pesquisa), a existência de universidades por áreas do saber. Para o GERES, o CFE não deveria ocupa-se do processo avaliativo e sim ser um órgão colegiado deliberativo, a avaliação deveria ser feita pela Secretaria da Educação Superior. A avaliação estaria voltada para a educação superior pública e a privada seria feita pelo mercado.

O artigo faz uma análise dos documentos, não apresenta hipóteses, o conceito de reforma está orientado pelos documentos analisados que visam reforma universitária e avaliação da instituição.

Os autores concluem que, desde a década de 1980 e o início da década de 1990, os documentos apresentam a existência de duas concepções de avaliação que respondem a duas concepções de educação superior. A primeira delas é conservadora e a segunda, mais flexível, remete até a mudança do conceito de universidade.

Com relação à “inovação educacional”, Leite et al (2007) buscam compreender a avaliação participativa, revisando a literatura e pesquisando em instituições escolares. Os registros foram captados em informações de:

[...] (observação e mini-estudos etnográficos), registradas (protocolos e estudos de caso) e analisadas (referenciais) as formas de avaliação que foram praticadas em cenários universitários, educação presencial e não presencial, educação a distância (EAD) e em cenários de ações sociais e educação não formal, praticadas em periferias urbanas (ONG). (LEITE et al, 2007)

O artigo apresenta como problema principal descobrir novos formatos de avaliação, que implica discutir as aprendizagens feitas a partir das referências de quem detém saber e o poder, e está controlando a distribuição de conhecimentos, “[...] pode abrir espaços para o impensável, uma avaliação democrática para novos incluídos” (LEITE et al, 2007).

Leite et al (2007) afirmam que a avaliação participativa no ensino superior não tem sido tema preferencial de pesquisa, existem discussões com críticas tanto na avaliação dentro da sala de aula como na institucional.

Abaixo, autores citados no artigo para definir avaliação participativa:

Autores como Ludke e Salles (1997); Castro-Almeida, Boterf e Nóvoa (1993); Cousins e Earl (1995); House (2000); SAUL (2000); House e Howe (2001); Dias Sobrinho e Ristoff (2002); Diligenti (2003), dentre outros, tratam do tema AP como prática pedagógica e política no ensino superior. O tema da participação (atenuada) aparece em modelos de avaliação de Stake, Patton, Guba e Lincoln, Macdonald, Parlett e Hamilton. Alguns dentre os modelos de avaliação se caracterizam como metodologias de investigação-ação onde a participação se apóia em pressupostos de democracia liberal-representativa. (LEITE et al, 2007)

A avaliação participativa é conceituada como base em princípios de democracia, emancipação social, as ações avaliativas devem estar direcionadas para autocrítica, autolegislação e autovigilância de sujeitos com divisão de poderes, saberes e julgamentos.

Os autores indicam que as novas tecnologias estão modificando os papéis de alunos, alunas, professores e professoras onde todos estão constantemente aprendendo.

Leite et al (2007) fazem uso de outros autores para compreenderem a prática da avaliação participativa;

Especificamente, sobre avaliação participativa na universidade, encontra-se um número reduzido ou pouco divulgado de ações ou autorias sobre o tema. Em 1975, Santos publicou um texto sobre a democratização da universidade e discutiu os "Sete fôlegos da pedagogia repressiva", dizendo que a inovação pedagógica pode passar uma mensagem de facilidade aos alunos; que a pedagogia repressiva da educação fundamental à terciária, condiciona a resposta participativa dos alunos. Na constatação de Boaventura Santos, o professor usa um modelo anti-autoritário no processo ensino-aprendizagem e um modelo autoritário no processo de avaliação. Outros autores trataram do tema no ensino superior e profissionalizante. Alguns o abordam de forma geral. Outros, como Diligenti (2003), por exemplo, descrevem uma experiência de investigação participante em aulas de Geometria, sugerindo uma alternativa possível e transformadora da própria avaliação. Já Saul (2000; 2001) aborda a participação em processos de avaliação emancipatória para projetos sociais e para reformulação de currículos. Enquanto Dias Sobrinho e Ristoff (2002) abordam o tema de forma constante em suas publicações, caracterizando procedimentos democráticos de avaliação institucional das universidades. Para Santos (2004) a universidade reformada, do século XXI, precisa armar uma estrutura em rede com democracia interna e avaliação participativa. (LEITE et al, 2007)

Os autores do artigo conceituam a palavra participação da avaliação como uma imposição de poderes e saberes, cujas forças viram-se para o lado dos mais fortes na sociedade. Sendo uma palavra utilizada, por eles, para vários fins.

Em nosso entender uma avaliação é participativa se e quando sua prática faz aproximações à vivência de uma democracia direta, uma democracia forte no seu sentido mais primitivo, ou seja, do governo da maioria. A avaliação participativa é radical no sentido de ir às raízes, de ser auto-exigente, no que diz respeito aos princípios que a orientam e realizar a educação do julgamento. (LEITE et al, 2007)

O conceito de inovação está articulado com a avaliação participativa dentro da instituição escolar. A inovação neste caso poderia ser dita como uma prática de avaliar diferente da até então usada. O/A Professor(a) avalia o(a) aluno(a) de acordo com seus preceitos de como deve medir o que foi aprendido: a única participação do(a) avaliado(a) é no ato de responder o exame.

Os autores do artigo não apresentam hipóteses. Desenvolveram um protocolo para pesquisa sobre avaliações em instituições presenciais e a distância.

O artigo não apresenta conclusões, aponta que as pesquisas estão em andamento com a produção de 38 protocolos da língua portuguesa e 15 da língua inglesa e espanhola.

Braccialli et al (2008) fazem uma crítica ao currículo fragmentado tendo como objetivo analisar o processo de mudança curricular da Famema – Faculdade de Medicina de Marília, iniciado em 1997, almejando a formação de médicos e enfermeiros e enfermeiras críticos, reflexivos e humanistas. Em 2003, um currículo integrado foi orientado por competências buscando dar continuidade na aplicação do Método da Aprendizagem Baseada em Problemas e na prática profissional.

Braccialli et al (2008) se referem à graduação profissional em saúde, à formação a partir do mundo do trabalho onde o discente deve refletir sobre a prática, tendo como perspectivas a transformação e a capacidade de atuar na incerteza, favorecendo a aproximação entre as instituições formadoras e os serviços do SUS (Sistema Único de Saúde), estando integrado às propostas de políticas do Ministério da Saúde<sup>1</sup> para a formação de recursos humanos em saúde e do Ministério da Educação, que, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2002, passa a apoiar projetos de mudança nos cursos de Medicina.

A crítica feita ao currículo fragmentado por disciplinas considera que a aplicação do método de disciplinas tem originado “currículos lineares” (BRACCIALLI et al, 2008) com disciplinas justapostas distantes da realidade, sem problematizar os conflitos e contradições existentes.

Os autores do artigo referenciam o modelo australiano “que propõe o diálogo da formação entre o mercado de trabalho e a universidade, articulando teoria e a prática” (BRACCIALLI et al, 2008). Ora eles chamam de currículo integrado ora currículo por competência<sup>2</sup> afirmando que deve haver mudanças nos processos de

---

<sup>1</sup> A partir de 2002, com a mudança do Governo Federal, o Ministério da Saúde procura impulsionar mais fortemente mudanças na formação inicial (graduação) dos profissionais de saúde, instituindo a "Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente" (Braccialli et al apud BRASIL, 2008) Até então, os programas de incentivo às mudanças na formação, tais como o PIT (Programa de Interiorização do Trabalho) e o PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem), estavam voltados para a fase após a graduação. Além disso, a expansão do projeto Saúde da Família que contribua com a estratégia de mudança do modelo de atenção à saúde (Braccialli et al, 2008).

<sup>2</sup> Entende-se por competência a capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, colocando-os em ação para resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade em uma dada situação concreta de trabalho e em um determinado contexto cultural (Braccialli et al apud ZARIFIAN, 2008).

Perrenoud (1999) define competência como a "capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar, com pertinência e eficácia, uma

ensino-aprendizagem e também na avaliação do funcionamento das instituições escolares, da atuação do professor e do discente. Apontam para mudanças curriculares na seleção de conteúdos, “[...] até expressivas inovações nos processos de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, no processo avaliativo” (BRACCIALLI et al, 2008). O processo avaliativo para eles deve possibilitar a reflexão e o aprendizado sendo realizado dentro da instituição e fora dela. Eles ainda ressaltam os perigos avaliativos afirmando que avaliar é “emitir juízos de valor” (BRACCIALLI et al, 2008), indicando que deve ser controlado e bem utilizado com informações de varias fontes. A avaliação formativa ou que possibilita a reflexão ambos os termos são utilizados, devem possibilitar a recuperação, “[...] a avaliação ocupa outro espaço em que as contradições devem ser explicitadas, proporcionando reflexão e a transformação da prática profissional” (BRACCIALLI et al, 2008).

Para os autores “[...] a construção coletiva do conhecimento – é o aprender fazendo” (BRACCIALLI et al, 2008). É uma pedagogia individualizada, uma vez que a construção de significado envolve a problematização e reflexão dos conteúdos já assimilados, sendo necessária disponibilidade de muito tempo para orientar os alunos e as alunas.

O artigo não apresenta hipóteses claras a respeito do problema e faz referência apenas a uma crítica ao currículo fragmentado.

Braccialli et al (2008) concluem que a avaliação da Famema contribui para melhorar o processo de ensino aprendido, apesar de evidenciar que tanto os discentes como os docentes devem compreender que a avaliação formativa tem importância para a transformação do processo de formação. Apontam ainda para necessidade de uniformidade de entendimento da proposta pedagógica, minimizando as contradições avaliativas entre os professores.

O conceito de inovação está pautado na integração das disciplinas do currículo e no processo avaliativo. Inovação, para estes autores, significa as disciplinas serem ministradas com conteúdos que atravessem pontos comuns e distintos e a avaliação deve ser de forma processual.

#### **4.2 CADERNOS DO CEDES (CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, UNICAMP)**

---

série de situações”. Considera também que a competência é transversal, ou seja, acompanha o sujeito da aprendizagem nas diversas situações vividas durante a formação. (Braccialli et al, 2008).

No periódico *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp), localizados 3 artigos na busca com a chave “mudança”, 5 artigos com a chave “reforma” e 3 artigos com a chave “inovação”. A Tabela 2 mostra os artigos localizados.

Tabela 2: Artigos por palavras-chaves nos Cadernos do CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade em 12/7/10.

Palavra chave	Artigos	
	Localizados	Selecionados
<b>Mudança</b>	3	3
<b>Inovação</b>	3	3
<b>Reforma</b>	5	5
<b>Total</b>	11	11

Com relação à “mudança educacional”, os artigos selecionados foram:

Whitaker (2002) fez uma comparação entre duas pesquisas, uma feita em 1980 e a outra em 1990, cuja temática envolvia a expectativa dos pais em relação à escolarização de seus filhos. O foco principal das duas pesquisas foi a problemática em torno do gênero (meninos e meninas).

O objetivo principal foi reinterpretar dados da pesquisa do passado ligando-os a pesquisa realizada em 1990. “São tomados então alguns dados de minhas pesquisas sobre o rural-urbano, a saber: dados quantitativos do Censo de assentamentos Rurais do Estado de São Paulo [...]” (WHITAKER, 2002), os dados se referem à expectativa dos pais em relação à escolarização de meninos e meninas, “[...] dados qualitativos de uma pesquisa com relações escolares realizada na região de Araraquara no início dos anos 80.” (WHITAKER, 2002).

Whitaker (2002) inicia a introdução com indagações provocantes: “O que é ser menina? O que é ser menina em cada espaço ou camada social?” Ela evidencia o gênero afirmando a submissão e exclusão das mulheres e meninas dos espaços masculinos.

No ano de 1980, Whitaker conclui em sua primeira pesquisa que “Ao longo da vida, meninas sofrem um processo de socialização que as prepara para a desvantagem, com menores expectativas de escolarização e profissionalização do que os meninos.” Denuncia o trabalho doméstico em geral executado por meninas e mulheres, um trabalho fundamental para todos os membros da família, no entanto

considerado sem valor para a sociedade, sendo executado em sua grande parte ou totalmente por meninas e mulheres, “[...] dão a mulher como invisível ou prisioneira” (WHITAKER, 2002). Para tal análise, seleciona alguns locais (Araraquara e Ribeirão Preto). No ano de 1990, observa que houve diferenças significativas entre aspirações escolares dos pais para meninas e meninos. São mais homogêneos em relação ao gênero, no entanto, os afazeres domésticos continuam a cargo das mulheres e meninas.

Os dados obtidos na primeira pesquisa sobre as atividades de meninos e meninas foram captados através de redações escolares produzidas por eles e elas em 1980, cujo resultado foi:

Até nove ou dez anos, as crianças descrevem seu cotidiano sem grandes diferenças no que se refere a horários, brincadeiras e até auxílio às mães no trabalho doméstico. A partir dessa idade, o lazer dos meninos se amplia extraordinariamente: andar de bicicleta, trocar figurinhas, jogar futebol, nadar na cachoeira etc. Nesse mesmo momento, as meninas dedicam-se aos trabalhos domésticos ou cuidam dos irmãos menores. (WHITAKER apud WHITAKER, 2002)

Whitaker (2002) conceitua mudança comparando as pesquisas de 1980 e 1990, afirmando que padrões ideais do que é ser homem e do que é ser mulher estão sendo modificados pelo mundo do trabalho. Usa exemplos de mulheres em universidades, movimentos sociais, espaços políticos. O artigo se volta para comparar as meninas de 1980 e as de 1990. Usa o processo de globalização para descrever as mudanças ocorridas na região de Ribeirão Preto com um passado cafeeiro e o atual complexo agroindustrial sucroalcooleiro e as plantações de laranja aprofundando as desigualdades sociais e a expulsão dos moradores das pequenas cidades que se transformam em acampamentos de trabalhadores volantes e o desaparecimento do pequeno proprietário.

O artigo não apresenta hipóteses e é assim finalizado: “O tema não oferece ‘conclusões’. Há processos históricos em andamento,” sugerindo que mudanças que ocorreram entre 1980 e 1990 sofrerão alterações com o passar nos anos.

Esteban (2007) analisa as classes populares inseridas em escolas públicas. Aborda assuntos polêmicos como: o fracasso escolar e a exclusão histórica de algumas populações. A incorporação da diferença como forte justificativa para ações que excluem como a classificação de crianças em diversas categorias, como

“diferentes”, possibilita a produção de “lugares desqualificados”, a exclusão não é mais fora da escola e sim dentro da instituição.

O conceito de mudança na educação para o autor está na democratização da escola pública com desafios a serem modificados como: a incorporação de classes populares, fazer da escola pública um local de educação popular, reconhecer as diferenças sem impor julgamentos prévios, a aceitação e a incorporação de culturas distintas.

Esteban (2007) indica que a democratização escolar pressupõe o espaço coletivo como prioritário sendo possível estabelecer relações solidárias de aprendizado entre os envolvidos no processo de escolarização.

O artigo não apresenta hipótese, tem como conclusão que a escola pública amplia sua qualidade ao aprender com os movimentos de educação popular a incorporar, em seu cotidiano, o trabalho coletivo, as relações solidárias, os diferentes saberes e a participação das diferentes pessoas. A escola procurando formas de incorporar a educação popular deve produzir processos reflexivos e atuação que pode gerar práticas que ampliem a face democrática da escola e aprofundem seus vínculos com os movimentos sociais.

Paula (2007) faz uma análise sobre sua experiência como os professores e as professoras de educação hospitalar e o uso da tecnologia (Tecnologia é entendida aqui como: televisão, cinema, câmera fotográfica e computador) para crianças e adolescentes hospitalizados.

Na sua experiência de professora pesquisadora, a autora atuou em quatro cidades brasileiras: Brasília (DF), São Luis (MA), Salvador (BA) e Ponta Grossa (PR).

Nos projetos de humanização e políticas voltadas para atender os direitos dos pacientes nos hospitais, a concepção de paciente vem sendo modificada, os hospitais fizeram uma reestruturação dos espaços físicos, contrataram equipes multidisciplinares com professores(as), clowns, psicólogos(as), musicoterapeutas, arte-educadores, artistas entre outros profissionais e instalaram brinquedotecas (Lei 11.104).

A autora analisa pacientes em idade escolar com doenças crônicas que são internados por longos períodos, após a introdução de tecnologias e suas mudanças de comportamento.

Alguns hospitais hoje, contam com locais e objetos pedagógicos como: bibliotecas, televisores, jornais, revistas, anúncios, livros, esportes, etc.

Paula relata que, em alguns momentos, os professores e as professoras acabam por competir com os programas de televisão, sendo um desafio para o profissional. Mas, em seu discurso, diz que a televisão pode ajudar na formação dos alunos e alunas com programas educativos.

A internação em um hospital impõe às crianças e aos jovens hospitalizados uma série de regras e horários a serem respeitados. A introdução de tecnologias entra em conflito algumas vezes com essas regras já definidas.

Paula (2007) analisa, sua experiência no Paraná, em que fotografam crianças hospitalizadas, a criação de uma brinquedoteca e a introdução de vídeos games. Na Bahia, remete a filmagens e o fato dos alunos e alunas se apropriarem de câmeras para deixar de ser os filmados e passar a ser aqueles que filmavam.

O artigo não apresenta hipóteses, apenas relata experiências vivenciadas pela autora.

O conceito de mudança educacional é a introdução de tecnologias em hospitais, lembrando que a própria educação hospitalar é uma preocupação recente com as crianças hospitalizadas no Brasil.

A autora conclui que é a grande importância da introdução de tecnologia nos hospitais brasileiros para auxiliar as crianças e adolescentes hospitalizados a conhecerem diferentes possibilidades interativas neste ambiente.

Com relação à “reforma educacional”, dados obtidos com o artigo selecionado foram:

Sanfelice (2008) faz uma reflexão sobre o movimento militar de 1964 e os intelectuais daquele período. O artigo não apresenta hipótese clara, sendo uma análise sobre a ditadura militar e suas contribuições para a reforma universitária. O artigo afirma que houve contribuições do período ditatorial para reforma.

Segundo o artigo, analisado a ditadura militar tinha três tarefas: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional.

A análise se volta para o contexto militar, a repressão aos estudantes (União Nacional dos Estudantes - UNE), os congressos da UNE, o V fórum Universitário, a LDB e os focos de resistência. Para Sanfelice (2008) os focos de resistência eram: os bispos, a igreja católica, os intelectuais, o movimento estudantil e os meios de comunicação como revistas e jornais.

Dentro do contexto da “reforma universitária”, o autor relata de forma sucinta os cinco Atos Institucionais e suas implicações.

A “reforma”, para o autor, significa “reforma universitária”, sem aprofundamento no conceito.

O artigo não apresenta hipótese, tem como conclusão que o texto não foi dedicado a fazer um estudo da reforma universitária dos anos de 60 e nem do movimento estudantil, indica que a ditadura militar viabilizou a reforma universitária modernizando-se no âmbito do modo de produção capitalista.

Squeff (2000) faz uma análise da “reforma Pedreira na academia de Belas Artes (1854-1857)”, ocorrida no segundo reinado e a atuação na instituição de Manuel Araújo Porto Alegre (1808-1879).

O artigo inicia com uma breve bibliografia de Manuel Araújo Porto Alegre e as funções que ocupou: foi pintor, poeta, crítico de arte, jornalista, diretor da Academia Brasileira de Belas Artes (promoveu a maior reforma que a instituição sofreu durante o segundo império), além de dedica-se a outras atividades. Fundou a revista *Nitheroy* (1836) considerada marco do romantismo literário brasileiro, junto com Gonçalves de Magalhães e Torres Homem. Escreveu várias peças de teatro e poemas, além de ter tido participação destacada em instituições culturais da corte como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Imperial Colégio D. Pedro II.

Posteriormente, a autora fala da necessidade que o império sentiu de fazer reformas que buscassem o “[...] alinhamento do Império com as chamadas nações ‘civilizadas’[...]”. Assim a constituição imperial afirmava que o ensino primário deve ser gratuito sendo delegado para as províncias, mantendo-se raro, pois as províncias não possuíam verbas suficientes para investirem. O ensino nas províncias permanecia fragmentado em aulas régias, nas quais eram ensinadas, separadamente, disciplinas como latim, francês, retórica, filosofia e comércio. Um decreto de 1823 havia determinado que as escolas do Império funcionassem segundo o método Lancaster de auxílio mútuo: misturavam-se alunos e alunas de idades e níveis de aprendizagem diferentes; os mais adiantados, com a supervisão do discente, “ajudavam” os mais fracos. O Ato Adicional buscava diminuir a fragmentação do ensino instituindo os liceus, que, na prática, com exceção do Imperial Colégio D. Pedro II, tornaram-se uma reunião de aulas avulsas. Também não havia uma lei que articulasse as diferentes etapas de ensino: a escola elementar não era pré-requisito para a admissão aos cursos superiores. Para ingressar neles,

havia um exame de admissão que compreendia francês, gramática latina, retórica, geometria, filosofia e moral. Com isso, proliferaram os chamados cursos preparatórios, mantidos pelas províncias ou por particulares, que ministravam apenas as disciplinas exigidas no exame de admissão para os cursos superiores.

A reforma buscou modificar o quadro escolar daquele período, alterou o cenário através da criação de currículos mínimos, aumentando o salário de professores e a introdução de mudanças nos métodos e na forma de funcionamento das instituições de ensino. Tendo várias instituições escolares reformuladas naquela época como a Academia Militar, a Escola de Medicina, o Conservatório de Música. O Regulamento da “Instrução Primária e Secundária” efetivado por decreto em fevereiro de 1854, foi a primeira tentativa de uniformização e regularização do ensino no Império. Incluía, por exemplo, a divisão, até então inexistente, entre ensino elementar e secundário. Determinava, também, que o governo devia controlar as escolas e os seminários particulares. Professores até então nomeados seriam submetidos a concursos de admissão.

A Academia de Belas Artes passava por dificuldades e chegou-se a cogitar o fato de fechar e contratar artistas europeus para produzirem obras nacionais. Porto Alegre recebeu uma quantia considerável de cinco contos de réis anuais para realizar o seu projeto.

Seu projeto constituiu em modificar os estatutos, criava novas disciplinas, novas vagas, fundou a biblioteca, construiu um edifício para abrigar a galeria e incorporou a Academia do Conservatório de Música.

A Academia deveria ser transformada em instância máxima para formação de artistas, com a periodicidade das aulas, os dias letivos e feriados, as exposições públicas, as premiações, pensionato na Europa, a freqüência dos alunos e punições em caso de faltas e indisciplina, a fiscalização e controle de tudo o que se referisse às artes no próprio Império. Os novos estatutos da instituição, que entrariam em vigor em 1855, abordavam minuciosamente todos os âmbitos administrativos da Aiba, o conteúdo das disciplinas, formas de contratação de professores e do diretor, atribuição de todos os profissionais da Academia.

O contexto da reforma baseava-se em 1850 com exposições internacionais, inauguradas significativamente pela Inglaterra, em que projetavam a técnica como valor absoluto, determinante para o progresso das nações.

A reforma da instituição escolar consistia em parte em preparar para a transição da mão de obra escrava para o trabalho assalariado. Nesse período surge a necessidade de preparar técnicos e engenheiros.

Para a arte, a reforma estava no sentido de mudar a visão do artesanato, que até então era visto como um trabalho inferior executado pelos escravos (a sociedade ainda tinha escravos e os considerava como seres diminuídos). A academia era responsável por conceituar arte e julgar a arte produzida naquele período.

Squeff (2000) usa um subtítulo “Inventando o artista” onde fala da desilusão de Porto Alegre e das contribuições em ter aumentado o número de alunos na instituição.

O artigo não apresenta hipótese clara. A autora acredita que a reforma teve grandes contribuições para a educação em artes.

O conceito de reforma é apresentado com a mudança de currículo, o aumento da instrução de docentes e discentes, entre outras reformas no ensino de artes e ofícios.

A autora conclui que Porto Alegre buscou fortalecer a Academia naquilo que era seu maior objetivo: a formação de artistas passou a ter maior tempo de duração e a instrução de professores e alunos também.

Saviani (2008) analisa as contribuições para educação do período militar no Brasil e evidencia aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação nacional como: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado e a privatização do ensino. Efetivou-se na Reforma Universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante.

Saviani (2008) aponta para contradição em que o presidente, ao mesmo tempo em que estimulava a ideologia política nacionalista, dava seqüência ao projeto de industrialização do país por meio de uma progressiva desnacionalização da economia.

A estrutura universitária legada pelo regime militar acarretou para o autor consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas e ou classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores e professoras junto aos alunos e as alunas e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas

que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos e alunas, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos e alunas, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas.

Outro legado deixado foi à implantação da pós-graduação que sofreu influências do modelo organizacional americano, que foi articulado, no funcionamento efetivo do processo formativo, com o modelo europeu pautado pela exigência do trabalho teórico autonomamente conduzido.

O autor não apresenta hipóteses e problemas claros. O conceito de reforma está nas modificações ocorridas durante o período militar na educação institucionalizada em várias etapas desde o ensino médio até o ensino superior, aliado à reforma universitária.

O autor conclui que os legados tiveram deletérios efeitos sobre a qualidade do ensino.

Ferreira e Bittar (2008) analisam as reformas da ditadura militar marcada pela ideologia tecnocrática, que propugnava uma concepção pedagógica autoritária e produtivista na relação entre educação e o mundo do trabalho.

Na educação, o regime militar implementou as reformas educacionais da Universidade (Lei nº 5.540) e do primeiro e segundo grau (Lei nº 5.692), a educação foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o *slogan* “Brasil Grande Potência”. A educação remete para o tecnicismo sendo considerada como bem de consumo voltado quase que exclusivamente para o mercado de trabalho. Era condicionada pela lógica que determinava o crescimento econômico da sociedade capitalista, “[...] não só visando a produtividade como também buscou através da aquisição de novos conhecimentos transfigurarem o trabalhador em capitalista (SCHULTZ apud FERREIRA; BITTAR, 2008).

O artigo não apresenta hipótese clara, faz uma análise do período militar e do contexto político-econômico, direcionado para o tecnicismo.

Ferreira e Bittar (2008) têm como conceito de reforma as modificações ocorridas no período da ditadura militar nos ensino primário, médio e universitário.

O artigo conclui que, após as reformas na instituição, a qualidade do ensino é questionável sendo considerada insuficiente para o aprendizado.

Com relação à “inovação educacional”, dados obtidos com o artigo selecionado foram:

Sobral (2009) estuda a educação brasileira, especificamente a universidade atual. Examina documentos que tratam da política de ensino superior, relativa à avaliação da graduação e da pós-graduação e a política de ciência, tecnologia e inovação, referente aos programas e prioridades e fomento à pesquisa.

Para a autora, a qualidade na educação do ensino superior é um termo “complexo com diferentes dimensões”. Ela faz uso da expressão “qualidade multifacetada”, com diferentes aspectos e definições. Os problemas de investigação estão assim apresentados:

Quais são as condições sociocognitivas que influenciam as políticas educacionais e de ciência, tecnologia e inovação e, conseqüentemente a produção científica e tecnológica da universidade fazendo com que esta procure a qualidade científica ou acadêmica do conhecimento ao lado do atendimento de necessidades econômicas e sociais? (SOBRAL, 2009,)

Sobral (2009) considera condições sociocognitivas como “condições cognitivas, intrínsecas ao processo de conhecimentos (por exemplo, a acumulação do conhecimento na área, a existência de um paradigma hegemônico ou de teorias em competição, etc.), e como condições sociais ou sócioindustriais, ou seja, certas características do contexto econômico e político, políticas governamentais de estímulo ou de restrição à produção científica e tecnológica, financiamentos, criação de instituições, etc.”

Sobre o contexto atual, a autora aponta para fatores que influenciam a política governamental e a produção acadêmica como a globalização, a democratização presentes na imprensa, nas organizações não governamentais e nos movimentos sociais da sociedade e a revolução científica e tecnológica, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação.

A globalização aumenta a competitividade internacional e faz com que as empresas precisem produzir inovações tecnológicas, necessitando do conhecimento especializado e de arranjos cooperativos com as universidades, o governo e outras empresas. (SOBRAL, 2009).

A globalização muitas vezes tem como resistência a democratização e ambas acabam se articulando com a revolução científica e tecnológica.

Sobral e Trigueiro apud Sobral (2009) citam as tendências da produção do conhecimento, afirmam a emergência, “[...] no Brasil, de um modelo misto de

desenvolvimento científico e tecnológico articulado com o governo, as ONGs e o setor produtivo”.

Groenewegem apud Sobral (2009) aborda os “campos científicos híbridos” tendo objetivos sociais e econômicos. “Assim, a ciência responde às várias pressões provenientes do Estado, da indústria e da sociedade e, de forma crescente, do mundo globalizado [...]” (SOBRAL, 2009).

As tendências apresentadas apontam para um conceito de qualidade múltiplo ou, como a autora intitula “multifacetado”. “A perspectiva de buscar a qualidade na educação superior e, mais especificamente, na produção científica e tecnológica da universidade é citada em vários documentos do atual governo” (SOBRAL, 2009).

Com um conceito de “qualidade multifacetado” ou “qualidade complexa” na educação superior, Sobral (2009) faz uma análise do anteprojeto de Lei da reforma da educação superior, de junho de 2005, da Comissão de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem por missão avaliar a qualidade e a responsabilidade social das instituições de educação no Brasil (TRINDADE apud SOBRAL, 2009) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo articuladas para atuarem de forma generalizada na definição de parâmetros para educação e avaliações externas.

Além destes aspectos analisa o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), cujos objetivos para pós-graduação são: “o fortalecimento das bases científicas, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos” (PNPG apud SOBRAL, 2009).

A avaliação, para Sobral (2009), deve levar em conta a qualidade e os resultados através dos impactos dos resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade.

O artigo não apresenta hipóteses claras.

A autora não apresenta uma clara definição do que venha a ser o conceito de inovação educacional para ela. Poderíamos dizer que pode estar ligado à avaliação da qualidade ou à pesquisa, mas apresenta-se muito confuso no decorrer do artigo.

Sobral (2009) conclui que as condições sociocognitivas influenciam na produção científica de diversas áreas, os processos de globalização e

democratização passam a exigir, cada vez mais, uma ciência e tecnologia comprometida com a responsabilidade econômica e social.

As políticas de avaliação governamental enfatizam a qualidade embora seja de difícil definição, a evocação da demanda social e econômica é constante na política governamental e freqüente no discurso dos pesquisadores.

Veiga (2003) discute o significado de inovação e projeto político-pedagógico sob duas perspectivas: como a ação regulatória ou técnica e como uma ação emancipatória ou edificante.

Além de garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nesses componentes educacionais, é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população (VEIGA, 2003).

Para Veiga (2003), falar em inovação e projeto político-pedagógico tem sentido se não esquecermos qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação pública.

Sobre a inovação regulatória e o projeto político pedagógico, a autora afirma que tem:

[...] suas bases epistemológicas assentadas no caráter regulador e normativo da ciência conservadora, caracterizado pela observação da ação descomprometida, pela certeza ordenada e pela qualificação dos fenômenos atrelados a um processo de mudança fragmentado, limitado e autoritário; e outro pelo não desenvolvimento de uma articulação potenciadora de novas relações entre o ser, o saber e o agir. (VEIGA, 2003)

A inovação regulatória ou técnica separa os fins dos meios, os processos inovadores orientam-se por preocupações de padronização, de uniformidade, de controle burocrático e de planejamento centralizado. Se a inovação é instituída, há fortes riscos de que seja absorvida pelas lógicas preexistentes, pelo quadro de referência regulatória.

A inovação regulatória ou técnica é instituída no sistema para provocar mudança, mesmo que seja temporária e parcial. Essa mudança não produz um projeto pedagógico novo, produz o mesmo sistema modificado. (VEIGA, 2003)

Nesta citação a autora faz uma crítica à inovação regulatória que apenas modifica superficialmente o já existente, utilizando como exemplo o projeto pedagógico.

A inovação parece ser uma simples rearticulação do sistema “[...] visando à introdução acrítica do novo no velho” (VEIGA, 2003), muitas vezes serve para perpetuar o já instituído. Não existe a produção coletiva, o projeto vem acabado, pronto para ser aplicado.

A inovação de cunho regulatório ou técnica nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes, porque não é uma ação da qual, todos participam e na qual compartilham uma mesma concepção de homem, de sociedade, de educação. (VEIGA, 2003)

O processo inovador orienta-se pela padronização, pela uniformidade e pelo controle. “[...] criam indicadores de desempenho das escolas e instituições de ensino superior, os quais acabam por transformar tais indicadores em referenciais para o diagnóstico prévio e para avaliação dos resultados” (VEIGA, 2003).

Essa alternativa de gestão do tipo empresarial, centrada no serviço ao cliente, em que se funda a concepção tanto do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) quanto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), orienta-se para o controle e a estabilidade por meio dos planos de ação de curto prazo. (VEIGA, 2003)

A escola vista como empresa onde o aluno e a aluna parece ser o produto final, e possível afirmar haver um controle de qualidade do produto final. A escola nesta perspectiva transforma-se apenas em uma cumpridora de normas regulatórias elaboradas em seu exterior. O PDE concretiza-se por meio de uma crescente racionalização do processo de trabalho pedagógico, com ênfase em aspectos como produtividade, competência e controle burocrático. O PID se constitui compromisso básico com o ministério da educação, é requisito básico nos atos de credenciamento e reconhecimentos da instituição de ensino superior. Para garantir o padrão de qualidade como condição de realização de ensino, a legislação associou processos de avaliação aos de reconhecimento e credenciamento.

Na inovação emancipatória ou edificante, a autora parte do princípio de que a inovação não pode ser confundida com evolução, reforma, invenção ou mudança [...] significa a construção dos projetos pedagógicos para atingir objetivos, no âmbito de uma determinada instituição educativa. (VEIGA, 2003), é considerada uma produção humana com caráter emancipador e argumentativo da ciência emergente. Existe um diálogo como os saberes locais e as pessoas pertencentes à comunidade em torno da instituição escolar, na tentativa de superar a fragmentação das ciências e suas

implicações para a vida do homem e da sociedade. Não existe separação entre meios e fins, uma vez que a ação incide sobre ambos, sendo um processo de dentro para fora com a participação daqueles que sofreram os processo inovador e a mudança.

Nesta perspectiva, a inovação ocorre na prática cotidiana ultrapassando as questões de técnicas sem prescindir delas e opõe-se às orientações da racionalidade. “A inovação é produto da reflexão da realidade interna da instituição referenciada a um contexto social mais amplo” (VEIGA, 2003).

O projeto político pedagógico na perspectiva emancipatória enfatiza mais o processo de construção do que o produto final, o envolvimento de todos os conhecimentos locais e os saberes específicos da região.

Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados integrando o processo com o produto porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. (VEIGA, 2003)

Assim, o projeto é um meio de engajamento coletivo para divulgar ações dispersas no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes problemas específicos de cada instituição.

O conceito de inovação, no artigo, tem dois sentidos, um ligado à técnica regulatória e outro ligado à emancipatória ou edificante. “Introduzir inovação tem o sentido de provocar mudança, no sistema educacional. De certa forma, a palavra “inovação” vem associada à mudança, reforma, novidade.” (VEIGA, 2003). Inovar<sup>3</sup> é inserir algo diferente dentro do sistema para produzir uma mudança organizacional. Um processo de inovação voltado para o sentido técnico ou regulatório “deixa de lado os sujeitos como protagonistas, desprezando as relações e as diferenças entre eles, não reconhecendo as relações de força entre o institucional e o contexto social mais amplo.” (VEIGA, 2003).

Já o conceito de inovação emancipatória ou edificante volta-se para a participação de todos no projeto político pedagógico, os sujeitos participam da ação de construir o projeto, discutem, envolvem-se e refletem sobre o que será feito e no

---

<sup>3</sup> Aqui “inovação” no sentido técnico ou regulatório.

momento da execução tem a possibilidade de refletirem e avaliarem se está surtindo efeito.

A autora não apresenta hipóteses e sim duas perspectivas de “inovação” apresentadas e discutidas: a regulatória e a emancipatória ou edificante.

Veiga (2003) conclui que a inovação emancipatória ou edificante é a que envolve todos os participantes no processo da construção do projeto político pedagógico sendo um processo de vivência democrático, tendo compromisso com seu acompanhamento e nas escolhas dos caminhos que as instituições irão seguir.

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização; propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos. (VEIGA, 2003)

A construção de um projeto realmente voltado para a “inovação emancipatória ou edificante” pressupõe uma alteração na própria forma de pensar e construir o projeto onde pessoas até então silenciadas serão ouvidas e haverá discussões a respeito das possíveis mudanças bem como contribuições de pessoas que até então sofriam apenas a ação de projetos na perspectiva regulatória técnica.

Souza (2000), busca reconstituir o processo de renovação dos programas da escola primária implantados no Brasil a partir de 1870, situando a modernização educacional no país em relação ao contexto internacional. Usa como fonte de pesquisa o parecer de Rui Barbosa sobre ensino primário e instituição complementar da instrução pública (1883).

A autora relata que Rui Barbosa buscou documentar tomando como referência o farto material bibliográfico especializado vindo do exterior.

Essa extensa documentação permite, pois, apreender as representações educacionais em voga na época, seja no âmbito nacional ou internacional. Possibilita, ainda, explicitar o processo de construção do currículo da escola primária no Brasil, tendo em vista os determinantes sociais e políticos que orientavam a seleção cultural para esse nível de ensino, os interesses subjacentes e as forças sociais que influenciavam a inclusão de alguns saberes e disciplinas no programa escolar (SOUZA apud GOODSON, 2000)

A escola<sup>4</sup> nesta época é apresentada como fator de progresso, modernização e mudança social. A concepção de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o progresso de urbanização.

Diversos meios possibilitaram a difusão de idéias sobre a formação em massa<sup>5</sup> no âmbito universal como: “as Exposições Universais, os congressos de instrução, relatórios oficiais elaborados por ministros e inspetores do ensino, publicação de livros, artigos, jornais e revistas especializadas no campo educacional” (SOUZA, 2000).

Meyer et al apud Souza (2000) aponta para uma certa homogeneização verificada nos currículos das escolas primárias nos países que desenvolveram os sistemas nacionais de ensino<sup>6</sup>.

Para Rui Barbosa, a escola primária, cujos argumentos centrais consideravam a imprescindibilidade da renovação pedagógica e a inspiração no modelo dos países tidos como avançados, como estratégia buscou desqualificar as práticas vigentes<sup>7</sup>. “Rui advogava uma escola primária obrigatória e laica com oito anos de duração dividida em três graus: o elementar e o médio, cada um com dois anos de duração, e o superior, com quatro anos.” (SOUZA, 2000).

A renovação pedagógica<sup>8</sup> teve como núcleo principal o método intuitivo conhecido também como lições de coisas, sendo o fio condutor da renovação pedagógica fundamentado nas idéias de Pestalozzi e Froebel, o ensino deveria

---

<sup>4</sup> Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto de reflexão política e pedagógica: métodos de ensino, a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação de alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplina escolar (SOUZA, 2000).

<sup>5</sup> Em que pese as particularidades locais, o fenômeno da escolarização em massa, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida com um projeto de integração ideológico e política. (PETITAT apud SOUZA, 2000).

<sup>6</sup> Kames e Cha apud Souza (2000) identifica nesses currículos um forte vínculo com a formação da nação. Petitat apud Souza (2000) lembra-nos de que, na reorganização dos programas escolares, várias disciplinas, tais como leitura, escrita, história, geografia, economia, direito, encontram sua substância na própria realidade nacional. Além disso a introdução de novas disciplinas nos programas do ensino primário, especialmente ciências, desenhos e educação física, articulou-se com a linguagem da modernidade, isto é, a justificativa para a inclusão desses conteúdos culturais assinalava as contribuições que eles trariam para a modernização.

<sup>7</sup> A escola de primeiras letras vista como inócua voltada para o passado.

<sup>8</sup> A construção de currículos modernos não alterar conteúdo, o caráter de distinção de classe próprio da educação burguesa: o ensino secundário de cultura geral para formação das elites e o ensino primário voltado para a formação dos trabalhadores.

partir do particular para o todo, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. O princípio da educação integral converteu-se no primeiro fundamento pedagógico sistemático para a seleção dos conteúdos para a escola primária.

O currículo foi renovado por Rui Barbosa com a introdução das disciplinas de educação física<sup>9</sup>, música<sup>10</sup>, canto e desenho<sup>11</sup>.

A autora menciona a necessidade de haver um estudo maior sobre a introdução de música e desenho na escola primária bem como outros conteúdos trabalhados como trabalhos manuais, noções de agricultura, horticultura, práticas industriais, práticas comerciais, práticas agrícolas, educação para o lar, entre outras disciplinas.

Em relação à língua: “[...] as considerações apresentadas para a renovação do programa escolar dizem respeito, mais especificamente, à aplicação do método intuitivo ao ensino da língua e uma crítica mordaz contra o ensino de gramática” (SOUZA, 2000).

Sobre a matemática houve poucas mudanças “[...] sobressaem os métodos concretos que precedem as operações escritas, uso formal e metódico dos algarismos [...] cálculo mental [...] o ensino de geometria indicou o uso de taquimetria” (SOUZA, 2000).

A autora menciona no artigo o ensino de ciências, história, geografia, rudimentos de economia política<sup>12</sup>, educação moral<sup>13</sup> e a cívica no ensino elementar, o ensino deveria ser feito do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato.

---

<sup>9</sup>Soares apud Souza (2000) a educação física das crianças no Brasil emerge atuando na preparação do corpo feminino para a reprodução dos filhos da pátria e na preparação do corpo do soldado tornando-o útil à pátria e ao capital.

<sup>10</sup> A evolução do ensino da música no Brasil ocorreu acentuando os valores cívico-patrióticos e a dulcificação dos costumes. (SOUZA, 2000)

<sup>11</sup> O entusiasmo de Rui pelo desenho fazia eco à opinião de industriais, pedagogos e autoridades do ensino dos países adiantados que viam a potencialidade da escolarização desse saber profissional para o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, o desenho foi ressaltado como fonte de riqueza, como elemento essencial à prosperidade do trabalho. (SOUZA,2000)

<sup>12</sup>A economia política, compreende noções sobre a riqueza, sua produção, distribuição e caráter, era vista como complemento forçoso da geografia, da história, das noções de direito social e direito pátrio. O ensino dessa disciplina tinha como finalidade ideológica explícita para o relator, isto é, cimentar a ordem social desigual vigente (SOUZA, 2002)

<sup>13</sup> [...] desenvolver sentimentos e hábitos, cultivar valores morais desejáveis, tais como: respeito à ordem, disciplina, abnegação, tolerância, amor ao dever, apreço ao trabalho, frugalidade, o bom emprego do tempo, probidade, sinceridade, autocontrole, decência, lealdade, caridade, amor a pátria. Para tanto, o melhor método seria o exemplo, a ação prática do mestre (BARBOSA apud SOUZA, 2000).

Souza (2000) destaca a influência internacional sobre a construção do currículo, no documento de Rui Barbosa. “Se foi forte a influência americana não foi menor a influência européia”.

O conceito de “inovação” volta-se para a mudança que ocorreu no currículo através do parecer de Rui Barbosa na educação.

O artigo não apresenta hipótese clara. A autora conclui também que o currículo:

[...] representou uma profunda transformação na cultura escolar, isto é, a substituição de uma escola fundamentada no ensino da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina cristã, por uma escola pautada na educação do corpo, na ciência, nos valores morais e cívicos e nos saberes instrumentais para o trabalho.

A mudança do currículo foi fruto de uma pesquisa de diversas fontes de documentos de países europeus e dos Estados Unidos, pela autora do artigo.

#### **4.3 DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IUPERJ-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, UNIVESIDADE CÂNDIDO MENDES)**

A coleta no periódico *Dados - Revista de Ciências Sociais* (Iuperj-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Univesidade Cândido Mendes), resultou em 1 artigo com a chave “mudança” e 1 artigo com a chave “reforma”, conforme Tabela 3.

Tabela 3 Artigos por palavras-chaves publicados em DADOS Revista de Ciências Sociais 2000-2009.

Palavra chave	Artigos	
	Localizados	Selecionados
<b>Mudança</b>	2	1
<b>Inovação</b>	2	0
<b>Reforma</b>	7	1
<b>Total</b>	11	2

Com relação à “mudança educacional”, o artigo selecionado foi Rocha (2003), cujo objeto é uma experiência de reforma no Estado de Minas Gerais, Brasil. Ele faz a seguinte pergunta: Que fatores afetam o processo decisório naquela reforma? A reforma ocorre no período de três governos. O primeiro, de 1983 a 1987, no governo

de Trancredo Neves, considerado progressista pelo autor. O segundo (1987-1991), de Newton Cardoso, quando foi elaborada a Constituição Estadual, sendo classificado como um governo de caráter conservador. O último (1991-1995) foi o mandato de Hélio Garcia, no qual se consolida a reforma sob o comando de um empresário da educação, assessorado por técnicos ligados ao Banco Mundial.

O artigo não explicita hipóteses para uma investigação, mas, assinala quatro aspectos associados às decisões referentes à reforma educacional.

- 1 - Houve pressão da população que almejava por mudanças na educação.
- 2 - Aumentou a competitividade eleitoral, abandonado o bipartidarismo de ARENA e MDB, com a reforma partidária de 1979. A oposição se fragmentou em diversos partidos como, por exemplo, PMDB, PT e PDT.
- 3 – Houve mudanças no âmbito internacional (globalização, neoliberalismo, terceira revolução tecnológica).
- 4 – Surgiram oposições às relações clientelistas até então vigentes.

Rocha (2003) conclui que as mudanças institucionais são resultados de muitos fatores (população pressiona governos almejando mudança educacional, aumento da competitividade eleitoral, globalização, neoliberalismo, avanço tecnológico, etc.), fatores que se articulam em diversos níveis.

Ele não conceitua mudança nem reforma. Assinala, contudo, que, no estado de Minas Gerais, a ênfase da reforma recai na concessão de autonomia administrativa, financeira e pedagógica para as escolas, possibilitando sua gestão através da participação dos seus professores e funcionários, pais, mães alunos e alunas.

Com relação à “reforma educacional”, o artigo selecionado foi Arretche (2002), que pretende demonstrar que, na ausência de imposições constitucionais, a autonomia política dos governos locais potencializa o poder de veto destes governos à implementação de políticas propostas pelo Executivo federal. Isto implica que, para obter a adesão dos governos locais, o Executivo federal deve incorporar suas demandas às políticas que envolvam relações integovernmentais. A incorporação de pelo menos uma parte daquelas demandas, somada ao compromisso de cumpri-las, permite ao Executivo federal contornar o poder de veto dos governos locais no plano das relações verticais.

Não foi possível identificar o problema de pesquisa pelo que é contado o artigo. As hipóteses apresentadas pela autora ocorrem em quatro áreas de política social: educação fundamental, saúde, habitação e saneamento.

- 1 – Diferentes níveis de governo tendem a impor conflitos entre programas.
- 2 – Para obter adesão dos governos locais, o Executivo federal deve incorporar suas demandas às políticas que envolvam relações intergovernamentais.
- 3 – Quem exerce controle sobre os recursos empregados na política dos parlamentares.

No ensino fundamental, o conceito de reforma é apresentado como reforma constitucional entre 1997 e 2000. As transferências de matrículas das instituições estaduais para as municipais, motivadas por uma pequena reforma tributária de âmbito estadual, produzida pela aprovação da emenda constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o período de pesquisa, foram compulsados os artigos publicados, entre 2000 e 2009, no periódico *Cadernos do Cedes* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp), no periódico *Avaliação* (Unicamp – Universidade Estadual de Campinas) e no periódico DADOS (Revista de Ciências Sociais – IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Candido Mendes). Foi feita a busca de problemas, hipóteses e conclusões e, posteriormente, foram examinados os resultados obtidos com o objetivo de evidenciar fatores que se conjugam na geração de ações de inovação educacional.

De fevereiro a abril de 2010, foi feita a coleta de dados nas três revistas, localizando os artigos que tratavam de mudança, inovação e reforma educacional. Seguiu-se o exame dos artigos de maio de 2010 à janeiro de 2011. E finalmente, em fevereiro de 2011, houve a redação deste relatório.

Antes da busca de artigos nas revistas especializadas com as palavras chaves “mudança”, “reforma” e “inovação”, eu esperava encontrar uma quantidade maior que abordasse os termos, articulados com a educação. O anexo 4 apresenta o total de artigos encontrados com as três palavras chaves, que foi bem reduzido em relação ao esperado. Neste anexo, estão tanto os artigos relacionados a educação quanto os não relacionados.

Nem todos os artigos apresentaram a estrutura esperada que se buscasse com: problemas claros, hipóteses e conclusões.

Os artigos analisados apresentaram temas e/ou problemas tão diversos e nem sempre tão claros como: avaliação (SILVA, 2009; BARREYRO, ROTHEN, 2008; LEITE et al, 2007; SOBRAL, 2009), currículo (BRACCIALLI et al, 2008), gênero (WHITAKER, 2002), classes populares (ESTEBAN, 2007), introdução de tecnologia na educação hospitalar (PAULA, 2007), ditadura militar (SANFELICE, 2008; FERREIRA, BITTAR, 2008; SAVIANI, 2008); projeto pedagógico (VEIGA, 2003); escola nova (SOUZA, 2000); política (ROCHA, 2003), Fundef (ARRETCHE, 2002), reforma Pedreira Academia de Belas Artes (SQUEFF, 2000), alguns assuntos, apesar de não centrais como os citados anteriormente, apareceram como: educação como mercadoria, educação tecnicista, avaliação participativa, ensino fragmentado, escola vista como empresa e a influência americana e européia que a escola sofreu. Estes apresentaram articulados com palavras chaves mudança, reforma e inovação de forma fragmentada, assim como a escola oferece ao seu/a aluno/a o conteúdo em disciplinas sem muita conexão umas com as outras. No entanto, a escola é um conjunto de todos esses temas que foram problematizados pelos artigos estudados, e outros não abordados que surgem com o decorrer no tempo não problematizados por estes autores como: a inclusão, a preconceito, a violência, etc.

Apenas um artigo (ARRETCHE, 2002) apresentou uma possível hipótese, os demais não mencionaram hipótese. Conclusões e/ou considerações finais encontramos na maior parte dos artigos, com exceção de Leite et al (2007) e Whitaker (2002).

Compulsando os artigos, foi possível perceber que os conceitos das palavras chaves são bem variados e múltiplos. O conceito de “mudança” esteve ligado a ensinar, aprender, avaliar, comparação entre duas pesquisas em períodos distintos, introdução de tecnologias na educação hospitalar, democratização da escola e um sem definição do conceito.

O conceito de “reforma” esteve ligado à reforma universitária, reforma no ensino de artes, ditadura militar, ensino primário, ensino médio e reforma constitucional.

O último conceito de “inovação” esteve ligado à avaliação, a integração das disciplinas do currículo, a técnica regulatória, a emancipação, a mudança de currículo.

Os conceitos de cada palavra parecem ser muito particulares a cada artigo e autor, alguns temas foram recorrentes em mais de um artigo como reforma universitária e as mudanças na educação no período da ditadura militar.

Como estudante, a experiência em participar da pesquisa de iniciação científica contribuiu para promover o contato com publicações especializadas e autores até então desconhecidos de pesquisas recentes sobre educação. Pesquisas que remontam tempos do império, ditadura militar e o período atual.

## ANEXO 1: LISTA DOS ARTIGOS ANALISADOS

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, 2002, pp. 431-458.

BARREYRO, Gladys Beatriz e ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas, vol. 13, nº 1, 2008, pp. 131- 152.

BRACCIALLI, Luzmarina Aparecida Doretto et al. Avaliação do estudante: no exercício de avaliação da prática profissional. **Avaliação**, Campinas, vol. 13, nº 1, 2008, pp. 101-118.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 27, nº 27, 2007, pp. 9-17.

FERREIRA Jr., Amarilio e BITTAR, Marisa Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 28, nº 76, 2008, pp. 333-355.

LEITE, Denise et al. Avaliação participativa online e off-line. **Avaliação**, Campinas, vol. 12, nº 3, 2007, pp. 445-460.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Crianças e adolescentes que voam em jaulas: a tecnologia promovendo a liberdade no hospital. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 27, nº 73, 2007, pp. 319-334.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, pp. 557-592.

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 28, nº 76, 2008, pp. 357-378.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 28, nº 76, 2008, pp. 291-312.

SILVA, Itamar Mendes. Avaliação: reflexão e pesquisa na formação inicial de professores/as. **Avaliação**, Campinas, vol. 14, nº 1, 2009, pp. 151-167.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 29, nº 78, 2009, pp. 227-241.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 20, nº 51, 2000, pp.9-28.

SQUEFF, Leticia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol.20, nº 51, 2000, pp. 103-118.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 23, nº 61, 2003, pp. 267-281.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 22. nº 56, 2002, pp. 7 a 22.

**ANEXO 2: LISTA DE SIGLAS**

CFE - Conselho Federal de Educação

PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

IES - instituições de educação superior

GERES - Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior

SUS - Sistema Único de Saúde

DF – Distrito Federal

MA – Maranhão

BA – Bahia

PR - Paraná

UNE - União Nacional dos Estudantes

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

GT - Grupo de Trabalhos

ONGs – Organizações Não Governamentais

CONAES - Comissão de Avaliação do Ensino Superior

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PT – Partido dos Trabalhadores

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT- Partido Democrático Trabalhista

### ANEXO 3: CONCEITOS DE MUDANÇA, REFORMA E INOVAÇÃO NOS ARTIGOS SELECIONADOS

Tabela 1 – Conceitos de Mudança encontrados nos artigos analisados.

Periódico	Autor	Conceito de Mudança
<b>Avaliação</b>	Silva (2008)	Concepção de ensinar, aprender e avaliar. Relacionando com a ação mobilizadora dos docentes e a sua formação profissional.
<b>Cadernos Cedes</b>	Whitaker (2002)	A mudança se dá com base na comparação das pesquisas de 1980 a 1990, mudança de padrões do que é ser homem e do que é ser mulher relacionada ao processo de globalização para descrever as alterações na região de Ribeirão Preto a relação do passado cafeeiro com o atual complexo agroindustrial sucroalcooleiro e as plantações de laranja, aprofundando as desigualdades.
	Esteban (2007)	A transformação da escola, por meio de sua efetiva democratização exigindo uma profunda reflexão sobre os modos de incorporação das classes populares à escola. O desafio de fazer da escola pública uma escola de educação popular e não meramente uma escola para as classes populares.
	Paula (2007)	Introdução de tecnologias em hospitais, lembrando que a própria educação hospitalar é algo bem recente no cenário brasileiro.
<b>Dados</b>	Rocha (2003)	Não conceitua mudança nem reforma. Assinala, contudo, que, no estado de Minas Gerais, a ênfase da reforma recai na concessão de autonomia administrativa, financeira e pedagógica para as escolas, possibilitando sua gestão através da participação dos seus professores e funcionários, pais e alunos.

Tabela 2 – Conceitos de Reforma encontrados nos artigos analisados.

Periódico	Autor	Conceito de reforma
<b>Avaliação</b>	Barreyro e Rothen (2008)	Reforma Universitária e avaliação da instituição.
<b>Cadernos Cedes</b>	Sanfelice (2008)	Reforma universitária, apesar do autor não aprofundar nela.
	Squeff (2000)	A educação em arte, a mudança de currículo, o aumento da instrução de docentes e discentes, entre outras reformas no ensino de artes e ofícios.
	Saviani (2008)	Nas modificações ocorridas durante o período militar na educação <sup>14</sup> , aliado a reforma universitária.
	Ferreira e Bittar (2008)	As modificações ocorridas no período da ditadura militar nos ensino primário, médio e universitário.
<b>Dados</b>	Arretche (2002)	A reforma constitucional entre 1997 e 2000. Transferências de matrículas das instituições estaduais para as municipais, motivada por uma pequena reforma tributária de âmbito estadual, produzida pela aprovação da emenda constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

<sup>14</sup> Educação institucionalizada. Em várias etapas desde o ensino médio até o superior.

Tabela 3 – Conceitos de Inovação encontrados nos artigos analisados.

<b>Periódico</b>	<b>Autor</b>	<b>Conceito de inovação</b>
<b>Avaliação</b>	Leite et al (2007)	Uma prática e avaliar diferente da até então usada.
	Braccialli et al (2008)	Na integração das disciplinas do currículo e no processo avaliativo.
<b>Cadernos Cedes</b>	Sobral (2009)	A autora não apresenta uma clara definição do que venha a ser o conceito de inovação educacional para ela. Poderíamos dizer que pode está ligado à avaliação da qualidade ou a pesquisa mais apresenta muito confuso no decorrer do artigo.
	Veiga (2003)	O conceito de inovação, no artigo, é atribuído à dois sentidos um ligado a técnica regulatória e outro ligado a emancipatória ou edificante.
	Souza (2000)	A mudança que ocorreu no currículo introduzido por Rui Barbosa na educação.

## ANEXO 4: Artigos Encontrados

Periódico		Autor/Título/Dados	Resumo
<b>Avaliação Mudança</b>	1	Silva, Itamar Mendes da. <b>Avaliação, reflexão e pesquisa na formação inicial de professores/as.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i> , Mar 2009, vol.14, nº.1, p.151-167.	O presente artigo discute procedimentos de acolhimento da reflexão e da pesquisa, mediadas pela avaliação no processo de formação inicial de professores - primeiros anos do curso de pedagogia. Explicita a mudança no envolvimento dos alunos com a disciplina em que se desenvolveu o trabalho - História da Educação - e com a avaliação da aprendizagem. Constatou-se que a reflexão e a pesquisa constituem alternativas viáveis à aquisição de informações significativas, ao trabalho em equipe e, ainda, podem oferecer perspectivas promissoras à formação inicial de professores.
<b>Avaliação Reforma</b>	2	Barreyro, Gladys Beatriz and Rothen, José Carlos <b>Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i> , Mar 2008, vol.13, nº.1, p.131-152.	Com o Provão, em 1996, e depois com o SINAES, em 2004, a avaliação passou a ser um elemento central na política de educação superior brasileira. Apesar das influências dos modelos internacionais as duas principais concepções adotadas (a da avaliação com uma visão formativa/emancipatória e a de regulação/controle) foram delineadas pelos acadêmicos participantes de comissões governamentais do Ministério da Educação durante as décadas de 1980 e 1990. No artigo, analisam-se essas duas concepções e algumas das suas implicações nas políticas atuais. São considerados os documentos oficiais: "Programa de Avaliação da Reforma Universitária" (1983); "Relatório da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior" "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira" (1985), "Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior" (1986). e "Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras" (1993).
	3	Rivarola, Domingo. <b>La universidad paraguaya, hoy.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i> , Jun 2008, vol.13, nº.2, p.533-578. <sup>15</sup>	Este capítulo aborda a evolução histórica das últimas décadas do ES instituições e os desafios para alcançar o sucesso da reforma do ensino superior depois de uma longa ditadura. Esta reforma, segundo o autor, seria possível com uma harmonia adequada entre o Estado ea IES.
<b>Avaliação Inovação</b>	4	Bracciali, Luzmarina Aparecida Doretto et al. <b>Avaliação do estudante: no exercício de avaliação da prática profissional.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i> , Mar 2008, vol.13, no.1, p.101-118.	Este estudo aborda a avaliação do exercício da prática profissional (EAPP) no curso de enfermagem da Faculdade de Medicina de Marília (Famema); tem como objetivo analisar a concepção de avaliação do professor que realizou o EAPP com estudantes de primeira a quarta séries do curso. Trata-se de um estudo qualitativo, modalidade análise de conteúdo e

<sup>15</sup> A pesquisa esteve direcionada apenas em textos em língua portuguesa.

			<p>identificação da seguinte temática: as ambigüidades do processo de avaliação. Constatou-se que a concepção do professor na avaliação no EAPP aproxima-se muito da abordagem de competência dialógica, que articula e integra resultados, atributos e contexto em situações distintas, com diferentes formas de realizar tarefas essenciais para a formação do enfermeiro. Contradições no processo avaliativo entre os professores, porém, estão presentes e necessitam ser constantemente trabalhadas.</p>
	5	<p>Leite, Denise et al. <b>Avaliação participativa online e off-line.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i>, Set 2007, vol.12, nº.3, p.445-460.</p>	<p>Este é um trabalho de pesquisa coletiva que vem sendo construído por várias mãos no espaço da parceria. O texto apresenta a revisão de literatura, metodologia e resultados parciais de uma investigação que entende Avaliação Participativa (AP) em seu acoplamento com Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), um tema sobre o qual as pedagogias ainda não produzem respostas suficientes e adequadas. Mostra como foram captadas (observação e mini-estudos etnográficos), registradas (protocolos e estudos de caso) e analisadas (referenciais) as formas de avaliação que foram praticadas em cenários universitários, educação presencial e não presencial, educação a distância (EAD) e em cenários de ações sociais e educação não formal, praticadas em periferias urbanas (ONG).</p>
<b>Cadernos Cedes Mudança</b>	6	<p>Paula, Ercília Maria Angeli Teixeira de. <b>Crianças e adolescentes que voam em jaulas: a tecnologia promovendo a liberdade no hospital.</b> <i>Cad. CEDES</i>, Dez 2007, vol.27, nº.73, p.319-334.</p>	<p>O objetivo desse artigo é analisar as oportunidades que os meios de comunicação oferecem às crianças e adolescentes hospitalizados. O texto reflete a experiência da autora como professora hospitalar e pesquisadora em hospitais de diferentes regiões do Brasil: Brasília (DF), São Luís (MA), Salvador (BA) e Ponta Grossa (PR). Nestes locais, os instrumentos tecnológicos auxiliavam as crianças e adolescentes tanto no entretenimento, quanto na mudança de atitudes e comportamentos. A conclusão encontrada foi que a tecnologia no ambiente hospitalar era um instrumento de inclusão social e proporcionava às crianças e adolescentes liberdade e superação de desafios nos ambientes hospitalares repletos de limitações.</p>
	7	<p>Esteban, Maria Teresa. <b>Educação popular: desafio à democratização da escola pública.</b> <i>Cad. CEDES</i>, Abr 2007, vol.27, no.71, p.9-17.</p>	<p>A escola pública, no Brasil, tem se caracterizado por ser uma escola constituída predominantemente por crianças, jovens e adultos das classes populares. Cada vez mais, observamos uma ampliação dos professores e professoras também oriundos dos segmentos menos favorecidos da população. Ao mesmo tempo, falar da escolarização das classes populares nos remete a uma longa história de fracasso que, de muitas formas, vai impedindo que os estudantes vivam a escola</p>

			<p>como um espaço significativo de ampliação de conhecimentos. Neste contexto, mostra-se importante enfrentar o desafio de configurar a escola pública não como uma escola para as classes populares, mas como uma escola de educação popular, o que nos leva a indagar as relações entre esta mudança de perspectiva e a configuração da dinâmica pedagógica.</p>
	8	<p>WHITAKER, DULCE C. A. <b>Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade.</b> <i>Cad. CEDES</i>, Abr 2002, vol.22, nº.56, p.7-22.</p>	<p>Este artigo gira em torno da possibilidade de reinterpretar dados de pesquisa do passado, à luz das Teorias da Complexidade, conectando-os a dados atuais para conseguir explicações mais compreensivas. São tomados então alguns dados de minhas pesquisas sobre o rural-urbano, a saber: dados quantitativos do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo sobre as expectativas dos pais em relação à escolarização de meninos e meninas (anos 90); dados qualitativos de uma pesquisa com redações escolares realizada na região de Araraquara no início dos anos 80. Construindo-se uma ponte entre as duas situações, o argumento central é o de que questão das meninas na zona rural deve ser discutida levando-se em conta a relação rural-urbano e superando-se essa dicotomia sob a ótica da história recente do país. Observa-se então que as transformações pelas quais passa a sociedade nacional se refletem no campo e a conexão entre os dois momentos enfocados (anos 90 <i>versus</i> início dos anos 80) é reveladora de que os germens dessas mudanças já se anunciavam nas relações de algumas meninas que criticavam a sobrecarga do trabalho doméstico sobre os próprios ombros, principalmente sobre os de suas mães.</p>
<b>Cadernos Cedes Reforma</b>	9	<p>Sanfelice, José Luís. <b>O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais.</b> <i>Cad. CEDES</i>, Dez 2008, vol.28, no.76, p.357-378.</p>	<p>Este estudo deseja captar no movimento da história, em uma conjuntura determinada, tensões que opuseram diferentes sujeitos sociais dos anos de 1970, no Brasil. Em um dos pólos localiza-se o pensamento expresso pelos primeiros governantes do movimento civil-militar que ocuparam o aparelho de Estado em 1964. Humberto Castelo Branco, presidente da República, Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação e Cultura, e Raymundo Moniz de Aragão, com seus pronunciamentos no V Fórum Universitário, encarregaram-se de transmitir o pensamento do governo à sociedade. Na sequência, em curto espaço de tempo, os reflexos apareceriam no aparato legal da reforma universitária consentida. O contraponto à visão oficial encontra-se, para fins deste trabalho, em um texto da época de autoria de Florestan Fernandes e que resultou da conferência proferida na abertura do I Fórum de Professores, realizado no Rio de Janeiro</p>

		em 1968. Espera-se, analisando o conflito ideológico, alcançar uma compreensão crítica mais acurada do movimento civil-militar de 1964 e das suas relações com diferentes intelectuais.
10	Ferreira Jr., Amarilio and Bittar, Marisa <b>Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Dez 2008, vol.28, n°.76, p.333-355.	O objetivo deste artigo é examinar a ideologia tecnocrática subjacente à educação brasileira durante a vigência da ditadura militar (1964-1985). Adotamos a premissa segundo a qual as reformas educacionais implementadas após 1964 ficaram marcadas tanto pelo modelo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro adotado a partir de 1964, quanto pela teoria econômica do "capital humano". A propaganda ufanista, que tinha como lema o "Brasil Grande Potência", gerado pela "eficiência técnica" aplicada na forma de administrar o Estado e as suas empresas, também teve os seus corolários ideológicos no âmbito da própria política educacional levada à prática após a reforma universitária de 1968 e a reforma da educação de 1º e 2º graus de 1971. Assim, o sistema nacional de educação que emergiu com as reformas da ditadura militar foi marcado pela ideologia tecnocrática, que propugnava uma concepção pedagógica autoritária e produtivista na relação entre educação e mundo do trabalho.
11	Saviani, Dermeval. <b>O legado educacional do regime militar.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Dez 2008, vol.28, n°.76, p.291-312.	Este texto se propõe a uma retomada da política educacional e das realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira. Eis os pontos destacados: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente da implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária européia.
12	Squeff, Letícia Coelho. <b>A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Nov 2000, vol.20, n°.51, p.103-118.	Manuel Araújo Porto Alegre (1808-1879) teve atuação fundamental nas instituições culturais do Segundo Reinado, tendo sido pintor, crítico de arte, jornalista e poeta, entre outras atividades. Como diretor da Academia Imperial de Belas Artes, o pintor promoveu a maior reforma que a instituição sofreu durante o Império. Parte da chamada Reforma Pedreira (1854-1857), as introduzidas por Porto Alegre buscavam adaptar a instituição aos progressos técnicos de meados do século

			XIX, e fazer da corte imperial, o Rio de Janeiro, uma cidade sintonizada com a "civilização". É com este objetivo que o pintor faz da técnica um dos temas centrais de sua administração. Neste artigo, tendo como objeto a intervenção de Araújo Porto Alegre na Aiba, pretendemos refletir como as inovações introduzidas na Academia contribuíram para a constituição de um novo espaço social para o artista do Império.
	13	Souza, Rosa Fátima de. <b>Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Nov 2000, vol.20, nº.51, p.9-28.	O texto busca reconstituir o processo de renovação dos programas da escola primária engendrado no Brasil a partir de 1870, situando a modernização educacional no país em relação ao contexto internacional. Para este estudo utilizamos como fonte de pesquisa o parecer de Rui Barbosa acerca da <i>Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883)</i> , em especial o volume concernente à discussão sobre métodos e o programa escolar. A análise efetuada mostra que a renovação do programa escolar significou para as camadas populares maiores oportunidades de acesso à cultura. Demonstra, também, como o programa constitui um projeto político social civilizador, direcionado para a construção da nação, a modernização do país e a moralização do povo.
<b>Cadernos Cedes Inovação</b>	14	Sobral, Fernanda A. da Fonseca. <b>Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Ago 2009, vol.29, nº.78, p.227-241.	A educação brasileira, e, mais especificamente, a universidade, vivencia na atualidade um grande desafio: o de atender aos requisitos de qualidade como mérito acadêmico da sua produção científica e tecnológica e de relevância social e econômica. É essa questão que será abordada neste artigo, apresentando inicialmente as condições sociocognitivas que influenciam a definição dessa qualidade complexa pela política governamental; em seguida, analisam-se documentos que tratam da política da educação superior, do governo atual, relativa à avaliação da graduação e da pós-graduação, e à política de ciência, tecnologia e inovação, referente aos seus principais programas e prioridades de fomento à pesquisa. Finalmente, mostra-se de que modo essa qualidade complexa da produção científica e tecnológica se expressa nas práticas de líderes de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento.
	15	Veiga, Ilma Passos Alencastro. <b>Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?.</b> <i>Cad. CEDES</i> , Dez 2003, vol.23, nº.61, p.267-281. ISSN 0101-3262	O presente artigo discute o significado de inovação e projeto político-pedagógico sob duas perspectivas: como uma ação regulatória ou técnica e como uma ação emancipatória ou edificante. A inovação regulatória significa assumir o projeto político-pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado.

			<p>Nesse caso se deixa de lado o processo de produção coletiva. A inovação de cunho regulatório nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes. Sob a perspectiva emancipatória, a inovação e o projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final é não só um processo consolidado de inovação metodológica, na esteira de um projeto construído, executado e avaliado coletivamente, mas um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas.</p>
	16	<p>Souza, Rosa Fátima de. <b>Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil.</b> <i>Cad. CEDES</i>, Nov 2000, vol.20, nº.51, p.9-28.</p>	<p>O texto busca reconstituir o processo de renovação dos programas da escola primária engendrado no Brasil a partir de 1870, situando a modernização educacional no país em relação ao contexto internacional. Para este estudo utilizamos como fonte de pesquisa o parecer de Rui Barbosa acerca da <i>Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883)</i>, em especial o volume concernente à discussão sobre métodos e o programa escolar. A análise efetuada mostra que a renovação do programa escolar significou para as camadas populares maiores oportunidades de acesso à cultura. Demonstra, também, como o programa constitui um projeto político social civilizador, direcionado para a construção da nação, a modernização do país e a moralização do povo.</p>
<b>Dados Mudança</b>	17	<p>Rocha, Carlos Vasconcelos. <b>Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional.</b> <i>Dados</i>, 2003, vol.46, nº.3, p.557-592.</p>	<p>Este estudo trata da reforma do sistema escolar público do Estado de Minas Gerais, Brasil. O objetivo central da reforma é estabelecer espaços descentralizados para a participação da população e dos profissionais da educação na gestão escolar como uma forma de neutralizar o uso de escolas para o nepotismo político. A reforma envolveu um processo que se estendeu o mandato de três governadores diferentes, com a participação de diversos atores exibindo distintas perspectivas políticas, interesses e ideologias. O estudo tenta explicar os fatores e as causais que afetam o processo de tomada de decisão. Como fatores explicativos, o estudo de caso sugere a capacidade dos atores de estabelecer objetivos comuns e utilizar instrumentos de poder disponíveis, as características do contexto institucional em que atuou, e o processo de aprendizagem desenvolvido com o legado das políticas anteriores.</p>
	18	<p>Bernardes, Roberto e Oliveira, Alberto de <b>Novos Territórios Produtivos, Mudança Tecnológica e Mercado de Trabalho: O Caso de São José dos Campos.</b> <i>Dados</i>, 2002, vol.45, nº.1, p.99-137.</p>	<p>Este artigo examina a extensão em que o ambiente econômico novo quadro institucional, o ciclo de investimentos, e os efeitos das mudanças industrial estão afetando o mercado de trabalho em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. No final de</p>

			<p>1990, a região passou por uma fase de prosperidade econômica com uma grande renovação de seu complexo tecnológico, o aumento da produção e do emprego sustentado pela indústria aeronáutica. Outros fatores entram na análise: a persistência de elevado desemprego na década de 1990, a divulgação da nova qualidade e programas de produtividade com a adoção parcial e seletiva de técnicas de inspiração japonesa de gestão da produção, investimentos na expansão da capacidade instalada e incorporação de nova alta precisão, equipamentos de alta velocidade, uma grande demanda pela indústria aeronáutica para engenheiros especializados e outros profissionais, levando a uma escassez em algumas ocupações como técnicos e engenheiros de qualidade aeronáutica, e estratégias de expansão para a terceirização de produção e serviços. Enquanto isso, a globalização acelerada das atividades comerciais, industriais e tecnológicas na indústria aeronáutica produzida uma tendência paradoxal que envolvam concentração de redes de inovação com as empresas multinacionais localizadas fora do Brasil a partir da cadeia de produção global, eo fortalecimento do sistema da empresa de inovação em comparação com um enfraquecimento do STI regional (Ciência, Tecnologia e Inovação) do sistema. Assim, embora as oportunidades tecnológicas e de emprego criadas no processo têm aumentado e sido importante, eles têm sido insuficientes para gerar desenvolvimento regional para o setor industrial local como um todo.</p>
<b>Dados Reforma</b>	19	Silva, Sidney Jard da. <b>Executivo, legislativo e sindicatos na reforma previdenciária Argentina.</b> <i>Dados</i> , 2006, vol.49, nº.2, p.345-377.	<p>Este artigo analisa a interação entre o trabalho organizado e do governo durante a reforma do sistema de pensões na Argentina. O objetivo é investigar as condições políticas e institucionais favoráveis à inclusão de sindicatos em um processo negociado de pensão de reforma. O padrão argentino de união governo-interação mostrou-se em forma mais pelas peculiaridades do processo de tomada de decisão do que pelas exigências e poder das organizações sindicais.</p>
	20	Velasco Junior, Licínio. <b>Congresso e política de reforma do estado no Brasil.</b> <i>Dados</i> , 2006, vol.49, nº.2, p.233-268.	<p>Este artigo procura contribuir para a compreensão de como e em que condições os acordos são feitos entre os Poderes Executivo e Legislativo na produção das reformas estruturais no Brasil. As negociações entre as duas potências são analisadas através de dois casos da política de privatização no primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso. Os casos são abordados através de uma narrativa analítica que combina história e políticas com a teoria da escolha racional. Um modelo teórico baseado na coordenação de interesses é aplicada aos casos, com base em duas áreas</p>

			de interação de negociação: partidária e distributiva.
21	Melo, Carlos Ranulfo and Anastasia, Fátima <b>A reforma da previdência em dois tempos.</b> <i>Dados</i> , Jun 2005, vol.48, nº.2, p.301-332.		Este artigo analisa a reforma da previdência social brasileira durante o governo Fernando Henrique e Lula. Depois de comparar os contextos em que as diferentes propostas de Emenda Constitucional (PECs) foram submetidos e o comportamento dos membros do Congresso durante os dois períodos, defendemos que uma mudança contextual (ou seja, um interruptor em locais entre governo e oposição) afetou a distribuição de preferências e recursos entre os membros do poder e impactou o governo nos vários âmbitos em que o jogo estava sendo jogado, e que como resultado, a agenda reformista tem feito mais progresso sob a administração dos Trabalhadores atual Partido.
22	Rosa, Marcelo. <b>As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco.</b> <i>Dados</i> , 2004, vol.47, nº.3, p.473-503.		Este artigo procura compreender o fato de que os sindicalistas pernambucanos promoveram ocupações de terra, bem como as conseqüências desta nova prática para o movimento sindical em outros estados onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma força de monopólio. Baseado em um estudo sistemático de eventos organizados pela FETAPE (Federação de trabalho rural de Pernambuco), verifica-se que esta organização tradicional do trabalho começou a seguir o modelo forjado pelo MST guiado em grande parte por suas estruturas internas de educação sindical, condições históricas de reprodução e, especialmente, por conflito de gerações entre os seus membros.
23	Samuels, David. <b>A economia política da reforma macroeconômica no Brasil, 1995-2002.</b> <i>Dados</i> , 2003, vol.46, nº.4, p.805-835.		Este artigo analisa os êxitos e os limites das reformas macroeconômicas e fiscais sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso no Brasil. O autor começa por estudar os fatores que contribuíram para as dificuldades macroeconômicas antes de 1995, então passa a examinar como o Plano Real permitiu ao governo Fernando Henrique Cardoso para controlar a interferência de Governadores do Estado na economia nacional. O artigo então descreve como ex-presidente Fernando Henrique Cardoso políticas geraram a atual "camisa de força fiscal no Brasil, e conclui discutindo como legado do governo Fernando Henrique Cardoso pode continuar a restringir a ação por futuras administrações brasileiras.
24	Rocha, Carlos Vasconcelos. <b>Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional.</b> <i>Dados</i> , 2003, vol.46, nº.3, p.557-592.		Este estudo trata da reforma do sistema escolar público do Estado de Minas Gerais, Brasil. O objetivo central da reforma é estabelecer espaços descentralizados para a participação da população e dos profissionais da educação na gestão escolar como uma forma de neutralizar o uso de escolas para o nepotismo político. A reforma envolveu um processo que se estendeu o mandato de três

			governadores diferentes, com a participação de diversos atores exibindo distintas perspectivas políticas, interesses e ideologias. O estudo tenta explicar os fatores causais que afetam o processo de tomada de decisão. Como fatores explicativos, o estudo de caso sugere a capacidade dos atores de estabelecer objetivos comuns e utilizar instrumentos de poder disponíveis, as características do contexto institucional em que atuou, e o processo de aprendizagem e desenvolvido com o legado das políticas anteriores
	25	Arretche, Marta. <b>Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais.</b> <i>Dados</i> , 2002, vol.45, nº3, p.431-458.	O artigo analisa o processo de reforma em quatro áreas de políticas sociais que afetam diretamente os interesses dos governos sub-nacionais: educação básica, programas de habitação social, saneamento básico e saúde. Como revela o estudo, apesar de o grau variável de sucesso alcançado nas iniciativas políticas, e ao contrário das expectativas das interpretações predominantes da natureza do federalismo brasileiro, o governo federal não enfrenta obstáculos intransponíveis na implementação de sua agenda de reformas. O estudo visa demonstrar que (i) na ausência de qualquer exigência constitucional obrigatória, a autonomia política dos governos locais - típico dos Estados da federação - na verdade aumenta o poder de veto dos governos locais sobre as iniciativas políticas propostas pelo Poder Executivo federal. No entanto, (ii) recursos de poder disponíveis para o Executivo federal - como a definição de agenda e poderes veto - além de controle sobre os recursos que são essenciais para a sobrevivência política dos representantes aumentar as chances de sucesso do governo federal. Além disso, (1999), (iii) a autoridade constitucional dos estados brasileiros é muito mais limitado do que o dos estados norte-americanos, (iv) a categoria "federalismo", no entanto, não é suficiente para definir a estabilidade potencial de políticas específicas , que depende de como as relações intergovernamentais são estruturadas em cada política particular. Especificamente, (v) regras constitucionais, os legados de políticas anteriores ea moldura ciclo político nas arenas de decisão de várias maneiras, assim condicionado tanto as estratégias e as chances de sucesso dos jogadores federativo.
<b>Dados Inovação</b>	26	Arbix, Glauco, Salerno, Mario Sergio and De Negri, João Alberto <b>O impacto da internacionalização com foco na inovação tecnológica sobre as exportações das firmas brasileiras.</b> <i>Dados</i> , Jun 2005, vol.48, nº.2, p.395-442.	Baseado em uma ligação sem precedentes entre as bases de dados oficiais sobre a indústria brasileira - a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec) e da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Censo Nacional Bureau (IBGE), o banco de dados de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior - Mdic, e o Relatório Anual de

		<p>informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS / MTE) - este estudo mostrou que as empresas que usam seus escritórios no exterior como fonte de informação para inovação tecnológica mostram desempenho superior aos demais: eles são maiores, importam e exportam em maiores escalas, pagam salários mais elevados, empregam trabalhadores com formação, e investem em atividades de formação. A probabilidade de uma empresa de exportação aumenta 16% quando se investe em inovação tecnológica. Estes resultados indicam a necessidade de uma reflexão sobre as políticas públicas de apoio à inovação e internacionalização das empresas brasileiras.</p>
27	<p>Azevedo, Nara et al. <b>Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica: A Via Brasileira da Biotecnologia</b>. <i>Dados</i>, 2002, vol.45, nº.1, p.139-176.</p>	<p>O objetivo deste estudo é refletir sobre a institucionalização da biotecnologia no Brasil, relacionando-a com o contexto histórico e institucional marcado pela ciência nacional e da política de tecnologia implementada desde 1970. Nós nos concentramos na configuração da biotecnologia na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para exemplificar a dificuldade dos países em desenvolvimento na divulgação de um modelo de inovação baseada em redes originalmente estabelecidas em países desenvolvidos. A pesquisa mostra que a defasagem entre a capacidade científica e desenvolvimento tecnológico da FIOCRUZ resultou da dinâmica institucional relacionada ao seu processo de início de reconstrução em 1975, regida tanto pela política de C&amp;T e a política de saúde para a produção de imunobiológicos no país durante esse período.</p>